



4.º) Pedido de livramento condicional

“E”, primário, condenado a nove anos de reclusão, pela prática de vários estelionatos, em concurso material, deu início ao cumprimento de sua pena no regime fechado, passando ao semi-aberto após dois anos. Cumprido mais um ano de sua pena, pleiteia livramento condicional.

Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da Vara das Execuções Criminais da Comarca ____.

Execução n.º ____

“E”, qualificado nos autos, titular do RG n.º ____, matrícula n.º ____, preso e recolhido em regime semi-aberto na Penitenciária ____, desta Comarca, por seu advogado, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, requerer a concessão de

LIVRAMENTO CONDICIONAL,

com fundamento no art. 131 da Lei de Execução Penal c/c art. 83 do Código Penal, pelos seguintes motivos:

1. O requerente foi condenado à pena privativa de liberdade fixada em 9 (nove) anos de reclusão, pela prática de crimes de estelionato, já tendo cumprido três anos, portanto, um terço do total.¹

2. É primário, tem bons antecedentes e apresenta bom comportamento carcerário (atestado anexo). Durante o tempo em que permaneceu no regime fechado, não teve oportunidade de trabalhar, por falta de atividade oferecida pelo presídio.² Entretanto, assim que ingressou no regime semi-aberto, deu início às tarefas laborativas recomendadas pela direção da colônia penal.

3. Pretende, se conseguir o benefício ora pleiteado, continuar a exercer a função de carpinteiro, sua ocupação atual, em estabelecimento conduzido por seu genitor (documento anexo).³

4. Esclarece, outrossim, que pretende indenizar as vítimas de seus delitos, o que ainda não pôde fazer por absoluta falta de condições econômicas, bem como pelo

¹ Requisito objetivo: a) cumprir um terço do total da pena, se primário, com bons antecedentes; b) metade da pena, se reincidente ou com maus antecedentes; c) dois terços da pena, se condenado por crime hediondo ou equiparado, não sendo reincidente específico. Ver notas ao art. 83 do *Código Penal comentado*.

² O trabalho é obrigatório durante o cumprimento da pena (art. 39, V, LEP), mas também constitui um direito do preso (art. 41, II, LEP). Se não for disponibilizado pelo presídio, não pode prejudicá-lo na obtenção de livramento condicional.

³ Requisito subjetivo: demonstrar aptidão para trabalho honesto fora do cárcere. Um dos fatores é indicar ao juiz a atividade que exerce no presídio, bem como a que pretende desenvolver em liberdade.

fato de não ter sido requerida a indenização por nenhuma delas.⁴

Preenchidas, pois, as condições legais, após parecer do ilustre representante do Ministério Público e do Conselho Penitenciário,⁵ requer a concessão do benefício.⁶

Termos em que,
P. deferimento.

Comarca, data.

Advogado

⁴ Requisito objetivo: indenizar a(s) vítima(s), salvo impossibilidade de fazê-lo (art. 83, IV, CP).

⁵ Conforme art. 131 da LEP, devem ser ouvidos o Ministério Público e o Conselho Penitenciário.

⁶ Checar as condições do livramento a que fica sujeito o sentenciado no art. 132 da LEP.